

**Adição, Disjunção e Adversidade: Os Valores
 Semântico/Discursivos de Sentenças Coordenadas
 Presentes no Gênero Artigo de Opinião**

**Addition, disjunction and adversity: the semantic values/discursives of
 coordinated sentences present in the gender opinion article**

Geisa Pelissari Silvério*

*Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina - PR, 86057-970
 Email: geisa_pelissari@hotmail.com

RESUMO: Os estudos da gramática tradicional, tão apregoados nos diferentes níveis educacionais, não consideram o aspecto pragmático na produção de textos orais ou escritos. Este aspecto leva em consideração o contexto em que a mensagem a ser veiculada está inserida. Sendo assim, ao ater-se somente aos elementos morfológicos, sintáticos e semânticos, a gramática normativa deixa de considerar usos que estão cada vez mais recorrentes na língua portuguesa. Pretende-se, portanto, por meio da corrente funcionalista, estudar as estruturas coordenadas, compreendendo as relações semânticas e os valores discursivos dessas sentenças sob o olhar funcionalista. Isso porque, pela gramática tradicional, são consideradas estruturas independentes sintaticamente da oração anterior e sem vínculos necessariamente semânticos. Para isso, considerar-se-á, neste trabalho, a visão de Pezatti & Longhin-Thomazi (2008) que defendem como relações coordenadas a adição, disjunção e adversidade e analisam os valores semântico/discursivos dos termos “e”, “ou” e “mas” na língua falada. A partir das considerações dessas autoras, buscou-se constatar a possibilidade desses conectivos aparecerem em textos da língua escrita com os mesmos valores semântico/discursivos. Para tanto, selecionou-se exemplos presentes em gêneros textuais de meios de comunicação, como revistas de grande circulação, que abrangessem essas estruturas. Por fim, busca-se depreender os possíveis e diferentes aspectos das estruturas coordenadas, como os aspectos de simetria, valores semânticos e discursivos na linguagem escrita e a importância do entendimento desses diferentes usos para o ensino de Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo; Sentenças Coordenadas; Valores Semântico/Discursivos.

ABSTRACT: The studies of traditional grammar, so popular in the different educational levels, do not consider the pragmatic aspect in the production of oral or written texts. This takes into account the context in which the message to be convey is inserted. Thus, by focusing only on morphological, syntactic and semantic elements, the normative grammar no longer considers

uses that are increasingly recurrent in the Portuguese language. It is intended, therefore, through the functionalist chain, to study the coordinated structures, understanding the semantic relations and the discursive values of these sentences under the functionalist look. This is because, by traditional grammar, they are considered syntactically independent structures of the previous sentence and without necessarily semantic links. In this work, it will be consider the point of view of Pezatti & Longhin-Thomazi (2008), who defend as coordinated relations the addition, disjunction and adversity and analyze the semantic/discursive values of the terms "and", "or" and "but" in the spoken language. Based on the considerations of these authors, it was sought to verify the possibility of these connectives appear in written language texts with the same semantic/discursive values. In order to do so, we selected examples present in textual genres of media, such as magazines of great circulation, that covered these structures. Finally, we try to understand the possible and different aspects of coordinated structures, such as aspects of symmetry, semantic and discursive values in written language and the importance of understanding these different uses for Portuguese language teaching.

KEYWORDS: Functionalism; Coordinated Sentences; Semantic/Discursive Values.

A ABORDAGEM TRADICIONAL DAS ORAÇÕES COORDENADAS

Acreditar que a língua portuguesa é um conjunto de normas fechadas e inalteradas fará certos usos de seus falantes não serem considerados, já que fogem ao que é determinado como regra. Diante disso, os diferentes estudos gramaticais, e neste caso o funcionalista, procuram dar tratamento além daquilo que é limitado pela gramática tradicional.

A gramática tradicional, ao denominar as relações estabelecidas entre diferentes cláusulas – ou como ela mesma classifica entre diferentes “orações” –, delimita normativamente essas associações como o estudo do período composto. De acordo com Almeida (2009), esse estudo compõe-se de duas ou mais orações, ou seja, pela presença de dois ou mais verbos. Segundo Azeredo (2011, p.290), trata-se de uma “unidade construída em torno de um núcleo verbal”.

Separada em coordenada e subordinada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a divisão do período composto é assim designada porque a gramática normativa considera, como critérios relevantes para a classificação, apenas os aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, entretanto, nem sempre de maneira uniforme, isto é, nem todos consideram todos esses critérios. Desse modo, diversos autores utilizam-se

das expressões “dependentes” e “independentes” para nomeá-las, como se constata a seguir:

“Oração coordenada é aquela que é independente sintaticamente, isto é, não exerce nenhuma função sintática em relação a outra oração. Período composto por subordinação é aquele formado por uma oração principal e uma ou mais subordinadas.” (FARACO; MOURA, 2004, p. 321 e 327)

“O período é composto por coordenação quando contém apenas orações coordenadas, ou seja, orações de funções equivalentes. Todo período que traz orações subordinadas, ou seja, dependentes umas das outras, é composto por subordinação.” (SACCONI, 2008, p. 262 e 264)

“Por coordenação – as orações são sintaticamente independentes, ou seja, não exercem função sintática em relação a verbos, nomes ou pronomes de outra oração. Por subordinação – as orações são sintaticamente dependentes, ou seja, uma exerce função sintática em relação a um verbo, nome ou pronome de uma outra oração.” (ALMEIDA, 2009, p. 301)

“Coordenação (ou parataxe) e subordinação (ou hipotaxe) são, portanto, dois processos de construção: a coordenação une partes do texto – palavras, sintagmas ou orações – formal e funcionalmente equivalentes; a subordinação une partes formal e funcionalmente distintas. A chave desta distinção é a noção de ‘hierarquia’. Com isto estamos dizendo que ao se combinarem numa construção, as unidades gramaticais – palavras, sintagmas, orações – se associam por dois modos básicos distintos: ou elas se situam no mesmo nível de modo que a presença de uma independe da presença da outra (coordenação ou parataxe), ou elas se situam em níveis distintos, imediatos ou não, de modo que uma delas é a base e a outra serve de complemento ou de termo adjacente (hipotaxe ou subordinação). A unidade subordinada sempre vem contida numa unidade maior, que lhe é superior na hierarquia gramatical interna da oração.” (AZEREDO, 2011, p. 294)

Observa-se em todas as definições a presença da ideia de independência sintática das orações coordenadas, mas não se considera o aspecto semântico e pragmático. Fica evidente também que somente o conceito dado por Azeredo (2011) expõe a possibilidade de a coordenação existir entre termos da oração, como palavras e sintagmas.

No período composto por coordenação, as orações segmentam-se em duas: assindéticas e sindéticas. As primeiras são vistas como estruturas que não possuem um elemento conector entre elas, denominado como conjunção. Já as cláusulas sindéticas, para a gramática tradicional, apresentam sempre uma conjunção, sendo que esta poderá

apresentar cinco relações semânticas possíveis e, conseqüentemente, subdividindo-se em aditivas, alternativas, adversativas, conclusivas e explicativas.

Trabalhar com essas definições da gramática normativa pode ser plausível e viável quando se estudam estruturas tradicionais do uso da Língua Portuguesa. No entanto esse mesmo uso também inova e faz surgirem novos modos de aplicação do português (falado ou escrito), para os quais são necessários estudos e teorias que deem conta de sua análise. Isso porque, segundo Martelotta (2012), “ao conceber a existência de formas gramaticais corretas, os gramáticos tradicionais abandonam determinadas formas consideradas erradas, mas que são efetivamente utilizadas pelos falantes na comunicação diária.” Sendo assim, a corrente funcionalista, por considerar aspectos que não são verificados pelos estudos normativos, será aqui utilizada, sempre em cotejo com o que prescreve a NGB, com o fito de buscar explicar a linguagem em sua totalidade.

PARATAXE: A VISÃO FUNCIONALISTA DE COORDENAÇÃO

O Funcionalismo é uma corrente linguística que procura estabelecer uma relação entre a estrutura gramatical da língua e suas diferentes circunstâncias de comunicação. Sendo assim, os estudiosos da área consideram, em sua análise, os interlocutores, seus intuítos e a situação discursiva.

Isso significa dizer que a corrente funcionalista objetiva explicar como os falantes utilizam a língua e comunicam-se com êxito e, para tanto, insere, ao analisar a língua em uso, o conceito pragmático, não se restringindo apenas aos aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, como faz a gramática normativa. Cunha (2012) enfatiza essa ideia, afirmando que “o funcionalismo procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato da comunicação.” (p. 158)

Nesse viés, as pesquisas a respeito das estruturas sintáticas apresentam a abordagem elaborada por Hopper e Traugott (1993), as quais reconfiguram as definições, tipicamente consagradas na gramática tradicional, como coordenação e subordinação. Para os autores, as relações entre cláusulas podem se manifestar com diferentes graus de dependência e de encaixamento (ser constituinte ou não da cláusula

à qual se refere, nomeada como cláusula núcleo). Portanto, intitulam essas relações como parataxe, hipotaxe e subordinação, definindo-as no quadro que segue:

Parataxe	> Hipotaxe	> Subordinação
- dependente	+ dependente	+ dependente
- encaixada	- encaixada	+ encaixada

Quadro1 – Relações entre cláusulas. (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 170)

Como o objetivo deste artigo é estudar as cláusulas classificadas comumente como coordenadas, dar-se-á enfoque ao estudo da parataxe. Sendo assim, para Said Ali (1971), a parataxe ocorre ao se acrescentar a uma proposição inicial uma sentença copulativa, adversativa ou disjuntiva, compreendidas ou pela presença da conjunção característica ou pelo contexto, no caso das construções sem conjunção – assindéticas.

A fim de se conceituar claramente o estatuto da coordenação ou parataxe, é preciso, de acordo Carone (2000), compreender inicialmente as características que esse tipo de sentença não possui. Isso porque, ao contrário das gramáticas normativas, que apresentam inicialmente o ensino da coordenação, dando mais espaço para a explicação e discussão da subordinação, as sentenças coordenadas são mais complexas do que habitualmente se observa.

Sabe-se que as estruturas coordenadas não estruturam internamente uma frase, função da subordinação. Além disso, não modificam qualitativamente um sintagma subordinado, e não transmitem a uma oração um valor substantivo, adjetivo ou adverbial. Logo, não inserem uma oração em outra e não sintetizam uma oração a termo de outra. Bally (1965), citado por Carone (2000, p. 58), defende que a coordenação existe quando a segunda oração retoma a primeira, de modo explícito ou sob o modelo de um anafórico, integrando-a a sua estrutura.

Corroborando com as ideias acima, Pezatti & Longhin-Thomazi (2008) defendem a necessidade de ocorrer aquilo que elas definem como equivalência funcional, isto é, as sentenças precisam ter as mesmas funções semântica, sintática e pragmática. Enquanto a função semântica determina o papel exercido pela estrutura oracional (Agente, Meta, Recipiente), a sintática aborda a perspectiva apresentada (Sujeito ou Objeto). Já a pragmática especifica o estatuto informacional do constituinte na situação comunicativa em que está inserido (Foco e Tópico).

Ademais, as autoras deixam clara a diferença entre coordenação explícita e justaposição. Elas afirmam que no processo de coordenação, o mecanismo de ligação pode não estar expresso, e nesses casos a coordenação ocorre por justaposição” (2008,

p.867). Por outro lado, a coordenação propriamente dita manifesta-se por meio do mecanismo de conjunção.

Por fim, elas também elaboram a separação entre coordenação simples de sentenças independentes e dependentes, além de demonstrarem em seu trabalho claramente a coordenação entre termos da oração, predicados, modificadores e operadores, demonstrando como a abordagem da gramática não dá conta dos diferentes usos da língua. Apesar disso, focar-se-á na coordenação entre sentenças, objeto de estudo deste trabalho, expondo na sequência as relações semânticas e valores discursivos das sentenças coordenadas sob o olhar funcionalista.

ADIÇÃO, DISJUNÇÃO E ADVERSIDADE E SEUS VALORES DISCURSIVOS

Diferindo da gramática tradicional, que apresenta cinco relações semânticas para o estudo da coordenação – a saber: aditiva, alternativa, adversativa, explicativa e conclusiva – Pezatti & Longhin-Thomazi (2008) asseveram que há somente três relações: de adição, de disjunção e de adversidade. Isso porque as sentenças explicativas e conclusivas estariam inseridas no grupo da hipotaxe por apresentarem relações intrínsecas a elas como causa/explicação e resultado/conclusão.

A primeira relação, de adição, como o próprio termo já demonstra apresenta uma soma entre as ideias conectadas. A conjunção mais prototípica do português, tanto da língua falada quanto da escrita, é a forma “e”, um dos focos deste artigo. Halliday & Hasan (1976) afirmam que são associadas à relação de adição, além da função ideacional, também as funções textual e interpessoal da linguagem.

É fundamental, para a real compreensão do valor da conjunção aditiva, a análise de seus usos nos domínios referencial, epistêmico e ilocucional. Essa posição, defendida por Sweetser (1991), deve-se à importância contributiva para a semântica da sentença em um determinado contexto devido ao estatuto polifuncional do enunciado, ou seja, compreender o enunciado “como um veiculador de conteúdo, como uma entidade lógica e como o instrumento de um ato de fala” (CAMACHO, 2001, p. 220).

As sentenças coordenadas aditivas podem ser distinguidas em simétrica e assimétrica, distinção tal que pode ser melhor compreendida quando se observa o fator reversibilidade.

(1) Ana pegou as bolinhas, André levou a rede **e** Pedro trouxe as raquetes.

(2) João chegou sujo do trabalho e foi tomar um banho.

Nos dois exemplos, há a junção de sentenças pela conjunção prototípica “e”. O exemplo (1) evidencia uma relação simétrica, uma vez que a inversão da ordem das sentenças não altera o sentido do texto como um todo. Ao contrário do segundo exemplo, no qual se tem uma assimetria, já que, devido ao conhecimento de mundo, orientação cultural do indivíduo e talvez um discurso prévio partilhado, a inversão das sentenças provoca estranhamento e não há uma aceitabilidade garantida.

Isso comprova que na simetria cada sentença é independente daquilo que a antecede ou precede, não havendo adição de significados entre as cláusulas. Por sua vez, as assimétricas fazem sentido como conjunto, e não em partes, sendo que a veracidade de uma sentença é dependente da verdade das outras ideias que se antepõem ou pospõem a ela. Isso é explicado pelo princípio da iconicidade, em que, segundo Pezatti & Longhin-Thomazi (2008), “a ordem das sentenças tende a ser paralela à ordem dos eventos do mundo real” (p.893).

As mesmas autoras defendem que são cinco os possíveis valores discursivos da conjunção prototípica “e”, valores adicionais que dificilmente podem categorizar-se como coordenação. Para compreendê-los melhor, elaborou-se uma tabela com exemplos selecionados do trabalho realizado por elas, presente na obra “Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Classes de Palavras e Processos de Construção” de Ilari e Neves (2008).

Mudança de tópico	ele saiu de lá falando chinês, não é, fala chinês, fala diversas línguas <u>e</u> tem um prato hindu que fazem na China [D2 POA 291]
Expressar foco	os filmes mostram né?...as incursões do Japão procurando se defender... <u>e</u> a melhor maneira que ele encontrava para se defender era atacando [EF RJ 469]
Introduzir comentário do falante	bom ocorre a guerra <u>e</u> ... nada nessa história acontece por acaso... né? Se realmente a guerra foi perdida pelo países do eixo... é que as condições sociológicas... econômicas e políticas etc. etc. fizeram com que fosse perdida a guerra [EF RJ 469]

Introduzir modalização epistêmica	Eu acho que é tudo um conjunto né::? Deve ser::... Ah maquiadores ah:: fundo de música e::... Eu tenho a impressão que é um conjunto de de de trabalho:: medonho aquilo [D2 SP 360]
Função metadiscursiva	ela funciona dando uma interpretação lógico-formal da lei e é isso que vocês vão aprender [D2 SP 337]

Vale destacar que a conjunção “e”, comumente vista como modelo primeiro da coordenação entre sentenças aditivas, dependendo do contexto em que está inserida, também pode expressar dois valores semânticos distintos do aditivo: adversativo e conclusivo. Seguem exemplos dos dois casos respectivamente.

(3) Ele dedicou-se muito **e** não conseguiu a vaga.

(4) Todos estudaram durante dias **e** foram aprovados com êxito.

Para Pezatti & Longhin-Thomazi (2008), na coordenação de (3), embora haja o uso da conjunção “e” a relação evidente é de adversidade, podendo ser substituído pelo termo “mas”; já o exemplo (4) há uma relação de conclusão, sendo trocado pelo termo “portanto”. Neves (2011) defende, também com razão, a relação causal/consecutiva que a conjunção “e” pode emitir em construções como a apresentada em (4).

No que diz respeito à relação de disjunção, trata-se de sentenças com orientação argumentativas distintas (disjunção), mas sustentam a mesma conclusão. A prototipicidade dá-se pela conjunção “ou” a qual é utilizada tanto para indicar um exclusão quanto uma inclusão, o que será determinado somente pelo contexto em que operam.

(5) Aqui em casa é assim: ou você almoça o que tem ou ficará sem comer.

(6) Dedique-se à história ou faça outro curso, o importante é que você mantenha o hábito dos estudos.

No exemplo (5) é necessário fazer uma opção, almoçar ou ficar sem comer, por isso a disjunção é exclusiva; já em (6) observa-se uma disjunção inclusiva, visto que independente da opção feita, dedicar-se à história ou optar por outro curso, o processo de estudar deve se manter.

A disjunção entre sentenças pode aparecer como uma mera repetição, ou seja, um polissíndeto, podendo ser retirado das sentenças – (7) Gosto de *ou estudar, ou*

dormir, ou trabalhar – ou como uma interpretação exclusiva, em *ou* duplo, em construções redundantes – (8) *Ou estudo ou vou mal na prova* – nas quais há somente uma escolha a se fazer.

Há ainda que se entender a simetria e assimetria disjuntiva. Na primeira, tem-se sentenças independentes e equivalentes, ou seja, possuem a mesma relevância e função no contexto que aparecem, como é o caso do exemplo (7) supracitado. Já a assimetria imprime uma lógica às cláusulas, estabelecendo um relacionamento unidirecional e a evidente dependência entre elas, a exemplo de (9) *O governo terá que diminuir os impostos ou haverá protestos em todo país*, isto é, somente ocorrerão os protestos se o governo não diminuir a taxaço, não há possibilidade de inversão da ordem. É válido lembrar que essa conjunção ocorre comumente no âmbito do real, concreto, como exemplos dados, e também pode, segundo Pezatti & Longhin-Thomazi (2008), atuarem em atos de fala.

Por fim, a relação de adversidade estabelece uma relação de contraste. A conjunção prototípica é o termo “mas” que sempre dá origem a uma construção binária, não articulando mais de dois membros (A, conjunção B) e podendo ele relacionar sentenças independentes simples, independentes complexas, sentenças dependentes e porções discursivas maiores.

Pezatti & Longhin-Thomazi (2008) compreendem três grandes subtipos semânticos-pragmáticos para as adversativas, uma vez que o contraste da relação adversativa pode ocorrer entre conteúdos, entre diferentes momentos de um processo de cognição ou ainda entre atos de fala. Afirmam ainda que há situações que poderiam abranger mais de um tipo. A seguir segue um quadro com tais subtipos e um exemplo para cada, definidos e apresentados pelas autoras.

Adversativas “de conteúdo”	[...] porque você disse PARA ALGUNS auto:res... ou alguns estudiosos... existe diferença... mas para outros ou na minha opinião... não existe por tal... motivo ou tais motivos... [EF REC 337]
	a) Marcador de refutação: ...porque eles são::... são cultos... eles não são incultos não... eles cantam os repetem deles fazendo referências culturais/ CLARO que eles não têm uma cultura filTRAda nem cristalizada... mas tem um bom verniz de cultura é uma coisa curiosa... [D2 REC 05] b) Marcador da não-satisfação de condições: [...] quer dizer não é só não vive em função deles mas de

Adversativas “espistêmicas	manhã... a única função dela é me ajudar com eles... <u>mas</u> eles não aceitam [D2 SP 360]
	c) Marcador de contra-argumentação: ... não gosta de estudar... ele é capaz <u>mas</u> não gosta de estudar... [D2 SP 360]
	d) Marcador de diferença: mas hoje em dia existem todas essas estradas aqui foram pintadas à máquina... todas... elas parecem até assim um carro de fórmula um... é a idéia que dá é um carro assim Fittipaldi... <u>só que</u> tem umas hastes assim. [D2 SSA 98]
Adversativas de atos de fala	Não quero ser indelicada, <u>mas</u> você me deve alguns reais.

Van Dijk (1992) promove uma análise dos termos adversativos do inglês *but*, *though*, *although*, *yet*, *nevertheless*, *whereas*, *in spite of*, *notwithstanding*, *anyway*, expondo, inicialmente, que esses termos indicam uma exceção ao curso natural das coisas, ou seja, o interlocutor não recebe como resposta aquilo que espera e que faz parte do conhecimento partilhado de mundo. Ademais, para o autor, esses termos também indicam estados ou cursos inesperados ou, ainda, indesejados, além de expressarem a não-satisfação de condições possíveis, prováveis ou necessárias. Pezatti & Longhin-Thomazi (2008) também demonstram outros valores da conjunção “mas” que não envolvem contraste, como inclusão e ênfase, retomada de tópico, sustentação de turno e tomada de turno.

A última observação a ser feita no que diz respeito às três relações discutidas e suas conjunções prototípicas é que essa prototipicidade se dá por algumas características como não mobilidade dessas conjunções (sempre no início da segunda sentença), elas poderem ser antecedidas por pausa e não coocorrem com outras conjunções coordenativas (no caso do “e” são as outras que coocorrem com ele, e não o contrário).

OS VALORES SEMÂNTICOS/DISCURSIVOS DE CLÁUSULAS COORDENADAS NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Para melhor comprovar e compreender as relações e valores mencionados pelos estudos em língua falada de Pezatti & Longhin-Thomazi (2008), far-se-á uma análise dessas estruturas na língua escrita em uso. Para isso, selecionou-se o gênero textual artigo de opinião, também denominado como coluna ou matéria assinada em jornais e revistas, o qual tem por objetivo expressar um juízo de valor sobre determinado assunto polêmico. Foram elencadas 10 aparições de cada conjunção coordenada prototípica (*e*, *ou* e *mas*) em três diferentes revistas de divulgação também eletrônica de abrangência nacional: Carta Capital, Época e Isto É.

Sobre a relação de adição, dos 10 exemplos coletados somente uma apresentou relação simétrica, ou seja, é possível inverter a ordem das cláusulas sem prejuízo ou interferência no sentido.

(E-1) Depois da comoção nacional, ela^[1] e o País parecem dividir a necessidade de seguir em frente e virar a página da dor. (LIMA, 2015)

Fica evidente que ao se alterar o enunciado para “a necessidade de virar a página da dor e seguir em frente”, há uma mudança na opção do produtor em apresentar uma informação primeiro ou outra, mas não no conteúdo como um todo, tanto que cada sentença poderia ser expressa sozinha com a cláusula anterior da qual dependem. Essa única aparição provavelmente se deve ao fato que, sentenças, inseridas em determinado contexto, possuem uma lógica cronológica a seguir a fim de que sejam aceitas pelos leitores.

Com relação ao valor semântico, observaram-se dois exemplos do uso da conjunção “e” com valor adversativo, expressando um contraste em relação à sentença anterior.

(E-2) Comparativamente, a polícia do Reino Unido, entre maio 2012 e abril de 2013, disparou apenas três tiros e não matou ninguém. (WYLLYS, 2015)

(E-3) Nunca tive impulso para ficar com livro alheio, não gosto de quem diz que em matéria de livro há dois tolos, o que empresta e o que devolve. Mas também não nego que na minha emoção doía devolver aquela obra pelo único motivo que me envaidecia: ter algum instrumento de estudo que pertencesse ao doutor Márcio. Ele percebia isso. E nos divertíamos. Devolvi o livro, é claro. E saí no lucro. (PRADO, 2014)

Constata-se nos dois casos mencionados, que o que se espera é o contrário da informação que é introduzida pela conjunção “e”. No caso (E-2), espera-se de quem dispara três tiros, que mate alguém, não sendo o que se sucede na sequência. Já em (E-

3), ao se acompanhar todo contexto, vê-se que era tortuosa a devolução do livro; logo, esperava-se que ele não saísse no lucro, o que não aconteceu. Neste mesmo exemplo, pode-se observar que a sentença “E saí no lucro” apresenta, também, um comentário do falante com certo grau de focalização, querendo destaque ao que foi dito.

O valor discursivo focalização foi o que mais se mostrou explícito em todos os outros exemplos coletados. No próximos dois exemplos isso fica evidente, mas nesses casos, com valor semântico de adição. Em (E-5) tem-se, ainda, a introdução de um comentário do falante, na verdade, um comentário de outra pessoa introduzido pelo produtor do texto, isto é, uma voz de terceiro detentor de conhecimento sobre o assunto em questão.

(E-4) Os burocratas da educação divergem entre si. Alguns acusam a baixa qualidade dos professores pelo resultado. Outros acham que é uma questão de currículo defasado. E lá ficam eles brigando como vêm fazendo há mais de cem anos sem chegar a um acordo. (BRAFF, 2015)

(E-5) A direita mais monetarista afirma, peremptória, que, se a inflação não for para o centro da meta, para os 4,5%, a nação mergulhará no inferno. E adverte: se a inflação não “convergir” para o centro, aí sim veremos o que é ranger de dentes e ranger de dentaduras. (BUCCI, 2014)

Não se observou o uso do termo “e” como mudança de tópico. Não há uma restrição para seu uso na linguagem escrita, mas, além de ser uma característica da linguagem falada, no caso do artigo de opinião, o objetivo é convencer o leitor de que aquilo que se diz é verídico e, por isso, há uma opção muito maior de se repetir de diversos modos a informação com intuito de convencer, ao invés de mudar o assunto. Poderia sim ser usado em textos desse gênero como estratégia de argumentação, por meio da ironia muitas vezes presentes nos artigos.

Também não se encontrou o termo “e” introdutor de modalização epistêmica, pois, ao optar por utilizar expressões como “eu acho”, “eu penso que”, “eu tenho a impressão que”, o falante não concretiza seu juízo de valor, visto que são expressões que indicam a incerteza da opinião verbalizada. Logo, a ideia de dúvida para o que se está dizendo, no gênero artigo de opinião, não é um recurso viável, já que o gênero requer posicionamento convicto.

No que diz respeito à relação de contrajunção, não houve a aparição de nenhum caso de “ou” duplo, ou seja, a conjunção repetida, como uma correlata. Isso se deve ao fato de que essa repetição é redundante e fica subentendida pelo leitor não sendo

necessário expressá-la e permitindo somente uma interpretação exclusiva da situação, como se vê no exemplo que segue.

(O-1) Mesmo assim, haverá quem lembre a noite de um grande terremoto em Santiago do Chile como aquela em que conheceu o amor da sua vida. Ou o perdeu para outra pessoa. (MARTINS, 2015)

Nota-se aqui que a interpretação pode ser tanto exclusiva, em que ou se conheceu o amor ou se perdeu, quanto inclusiva, com a ideia de que não importa se perdeu ou ganhou, e sim que se lembre daquela noite. Essa ambiguidade seria desfeita caso fosse inserido o “ou” duplo antes do verbo “conheceu”.

Obteve-se dentre os dados coletados apenas 2 casos de assimetria, nos quais não se é possível a inversão da ordem das sentenças, visto que há uma lógica a ser seguida em relação ao conteúdo do texto que seria quebrada, não havendo aceitação por parte do leitor.

(O-2) O que o ministro comunista pensa sobre ecologia e mudança climática é muito similar ao que a extrema-direita do Tea Party prega nos Estados Unidos, ou ao que imaginava, em 1989, o general Rubens Bayma Denys, chefe da Casa Militar no governo Sarney, sobre as pressões contra as queimadas na Amazônia. (ARNT, 2015)

(O-3) O roteiro de Osborne é o mesmo do deputado Paul Ryan, presidente republicano da Comissão de Orçamento da Câmara: alegar, com frequência e em voz alta, estar profundamente preocupado com o déficit, enquanto oferece propostas de orçamento cujos elementos concretos envolvem saquear a ajuda aos pobres e cortar impostos para os ricos, o que pouco ajudaria a reduzir o déficit ou até o aumentaria. (KRUGMAN, 2014)

Vale destacar em relação à conjunção “ou” que houve certa dificuldade na coleta de dados, já que a sua frequência é constatada entre termos coordenados de uma sentença, e pouquíssimas vezes entre cláusulas coordenadas, objetivo deste trabalho. Por isso não houve tanta diferença nos dados, a maioria, com exceção do que se mencionou, seguia o padrão: “ou” simples, simétricas e inclusivas

Por fim, a relação de adversidade apresentou em seus 10 exemplos variados valores discursivos. Notou-se, inicialmente, a adversidade de conteúdo, na qual as informações dadas contrastam claramente entre si.

(M-1) Pois há de se admitir que existem bons argumentos dos dois lados, sejam daqueles que defendem de forma absoluta as ações do jornal, sejam daqueles que as criticam. Mas, enquanto enxergamos, em um lado, apenas racistas que não perdem uma oportunidade para alimentar a islamofobia e o ódio aos imigrantes e, em outro, apenas esquerdistas dispostos

Volume 19
 Número 43

às piores alianças para continuar sua cruzada contra os valores liberais, continuaremos a ignorar o tipo de discussão que deveríamos ter após o atentado, isto se quisermos estancar a rede de causas que alimentam a violência do extremismo religioso. (SAFATLE, 2015)

(M-2) A percepção é correta, pois religião não é apenas uma questão de crença, mas de instituições que têm peso político decisivo em nossas sociedades. (SAFATLE, 2015)

Nos dois exemplos fica evidente que é preciso compreender o conteúdo sobre o qual se está discutindo e observar que os produtores do texto utilizam a conjunção “mas” com o intuito de opor dados do mesmo assunto, como em (M-2) que a religião é apenas uma questão de crença para alguns, e para o autor é também de instituições com peso político.

Já os três exemplos que seguem apresentam a conjunção adversativa “mas” como marcador de refutação, ou seja, a primeira sentença possui uma partícula negativa, e a sentença que dá sequência a todo enunciado aparece como uma justificativa da recusa expressa na primeira.

(M-3) Nem tudo na cidade está livre da delinquência, mas a revolução pela qual passou a cidade é notável. (PADRÃO, 2015)

(M-4) E que isso se faz não atrás de cadeados e muros altos, mas no espaço que é para o convívio de todos. (PADRÃO, 2015)

(M-5) A única razão de o Brasil chegar ao século XXI como uma grande nação florestal, com “apenas” 30% de perdas (na conta do ministro), é que temos muitas florestas e a expansão da fronteira econômica interna ainda não chegou a todas elas. Mas estamos a caminho! (ARNT, 2015)

Observa-se em (M-3) a partícula “nem” e em (M-4) e (M-5) a partícula “não”, ambas com sentido negativo no contexto em que se inserem, e o termo “mas” justificando o que havia sido negado. Ainda no exemplo (M-5) pode-se notar, além dessa relação, uma focalização da informação, pois aparece com pausa longa (ponto final) imbrincado a um comentário do produtor do texto com certa expressão de ironia em “Mas estamos a caminho!”.

Dois exemplos evidenciaram a adversidade de atos de fala, os quais expressam um atenuação do falante em relação àquilo que realmente objetiva dizer, como se fosse uma jogada defensiva da linguagem, na qual se elogia para após conseguir a atenção do interlocutor e poder criticar, como o caso a seguir, em é dito que a Indonésia conseguiu apresentar pior desenvolvimento que o Brasil, mas o Brasil não melhorou sua situação.

(M-6) Felizmente, nos últimos anos as taxas de desmatamento caíram, a ponto de a Indonésia ter passado à nossa frente no inglório campeonato do desenvolvimento desastrado. **Mas** não paramos de queimar, como se sabe. (ARNT, 2015)

Todos os outros três dados coletados evidenciaram o termo em discussão como um marcador de contra-argumentação, em que aquilo que vem após o marcador orienta para uma conclusão contrária ao que se esperava.

(M-7) Para obter sucesso, temos à nossa disposição informações sobre o que funciona e não funciona. **Mas** criança é uma folha em branco e sempre será. (CLEMENTE, 2014)

Este último marcador era obviamente esperado na coleta de dados, por poder ser facilmente encontrado no gênero em questão, uma vez que o artigo de opinião, ao discutir um tema polêmico, procura expor opiniões contrárias e, para isso, os autores utilizam comumente os marcadores de contra-argumentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar estruturas de elaboração do texto que são ensinadas e apregoadas pela abordagem tradicionalista da Língua Portuguesa como formas fechadas e não mutáveis, mas que não dão conta daquilo que é elaborado pelo falante em seus diferentes discursos. Esses diferentes usos, neste caso das sentenças coordenadas, são estudados pelo Funcionalismo que procura compreender como se dão esses processos.

Os dados apresentados mostraram que, contrariando aquilo que se é ensinado nas escolas, as cláusulas coordenadas restringem-se somente a três e possuem múltiplos valores semânticos e discursivos, dependentes do contexto em que estão inseridas. Ademais, não basta, para uma profunda e compreensível análise, apenas a classificação dessas sentenças; é fundamental considerar outros aspectos relevantes que podem explicar tais usos e que são discutidos pela corrente funcionalista, como os aspectos de simetria, valores semânticos e discursivos vistos neste trabalho.

O objetivo com as análises não é considerá-las como verdades absolutas e inquestionáveis, uma vez que são uma mera amostragem do que poderia ser feito com o texto em uso. Espera-se que elas levem seus leitores a discussões sobre as sentenças coordenadas, tanto no mérito acadêmico visando aumentar o escopo de pesquisas, quanto, e principalmente, procurar transpô-las para o ensino de Língua Portuguesa em

Volume 19
 Número 43

sala de aula, evidenciando a possibilidade de se trabalhar textos de uso efetivo do falante/aluno e fazê-lo compreender essa diversidade não como erro, mas como possíveis opções para seu discurso.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. T. de. *Gramática da Língua Portuguesa para concursos, vestibulares, ENEM, colégios técnicos e militares*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houssais da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- CAMACHO, R.G. valores semânticos e discursivos da conjunção aditiva. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 219-228, 2º sem. 2001
- CARVALHO, C. dos S. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. In: *VEREDAS - Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p.9-27, jan./dez. 2004.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.) *Manual de Linguística*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- FARACO, C. E.; MOURA, F. M.. *Gramática Nova*. São Paulo: Ática, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- LAKOFF, R. If 's and's and but's about conjunction. In: FILLMORE, Ch.; LANGENDO- EN, D. T. (Eds.). *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971. p. 114-149.
- MARTELOTTA, M. E. Conceitos de Gramática. In: MARTELOTTA, M. E. (org.) *Manual de Linguística*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- NEVES, M.H.M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- PEZATTI, E.G.; LONGHIN-TOMAZI, S.R. As construções coordenadas. In: ILARI, R.; NEVES, M.H.M. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: Classes de Palavras e Processos de Construção*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008. p. 865-931.
- SACCONI, Luiz A. *Novíssima Gramática ilustrada Sacconi*. São Paulo: Nova Geração, 2008.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- VAN DIJK, T. A. *Text and context*. London and New York: Longman, 1992.

Data de recebimento: 28/05/2017

Data de aprovação: 15/01/2018